



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
E AO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

10ª REUNIÃO

Data: 25 de junho de 2023 - das 9h às 11h.

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, sala R1 e R2, 3º andar.

Membros presentes:

| Órgão/ Entidade/ Instituição | Representante | Cargo |
|---|---|---|
| Ministério do Meio Ambiente | Aloisio Lopes Pereira Melo (Titular) | Diretor |
| | Thiago Longo Menezes (Suplente) | Diretor Interino |
| Ministério da Fazenda | Cristina Fróes de Borja Reis (Titular) | Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica |
| | José Pedro Bastos Neves (Suplente) | Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica |
| Presidência da República - Casa Civil | Diogo Victor Santos (Titular) | Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental |
| Ministério da Agricultura e Pecuária | Adriano Santhiago de Oliveira (Titular) | Coordenador-Geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista |
| | Luis Eduardo Pacifici Rangel (Suplente) | Auditor Fiscal Federal Agropecuário - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | Antônio Marcos Mendonça (Titular) | Coordenador de Mudanças Ambientais Globais |

| | | |
|--|---|---|
| Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar | Allan Razera (Titular) | Coordenador-Geral de Gestão do Conhecimento e Informações |
| Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços | Paulo Coelho Ávila (Suplente) | Analista de Infraestrutura |
| Ministério de Minas e Energia | Leandro de Oliveira Albuquerque (Titular) | Assessor Especial |
| Ministério do Planejamento e Orçamento | Luciana Machado Teixeira Fabel (Suplente) | MPO-SEPLAN-SAES |
| Ministério de Povos Indígenas | Maike Torres de Sá (Suplente) | Coordenador de Gestão Ambiental para Justiça Climática - CAJUC |
| Ministério das Relações Exteriores | Bruno Carvalho Arruda (Titular) | Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE |
| Ministério dos Transportes | George Yun (Titular) | Coordenador-Geral |
| Secretaria-Geral da Presidência da República | Fátima Cleide Rodrigues da Silva (Suplente) | Coordenadora de Projeto - ASPAR/SG/PR |
| AGU | Mariana Barbosa Cirne (Titular) | Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente |

Convidados presentes:

| Órgão/ Entidade/ Instituição | Representante | Cargo |
|------------------------------|-------------------------------------|--|
| DCOL/SMC/MMA | Thaynara K. E. Pereira | Analista Ambiental |
| PRONACLIMA/AGU | Micheline Neiva | |
| SAM/CC | Rafael Martins Dias | |
| SUST/MT | Thiago Olante Casagrande | |
| MDIC | Demetrio Florentino de Toledo Filho | |
| MAPA | Marcelo Fernandes Guimarães | Coordenador-Geral de Suporte Econômico |
| World Bank | Guido Couto Penido | Consultor |
| SMC/MMA | Klenize Chagas Faveiro | |
| Adelphi | Stephanie La Hoz Theuer | |
| Adelphi | Lewis Steven | |

| | | |
|---------------------|----------------------------|--|
| LACLIMA | Juliana Marcussi | Consultora Sênior |
| UERJ | Ronaldo Seroa da Motta | Professor de Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais |
| DCOL/SMC/MMA | Ana Paula Cunha Cavalcante | Diretora |

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE

Foi verificado o quórum e identificados os membros participantes.

A coordenação do Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida:

- Apresentação do *overview* do *Roadmap* para implementação do SBCE elaborado pela Adelphi Consultoria;
- Debates sobre o órgão gestor;
- Encaminhamentos para a reunião do CIM.

2 – Roadmap I

A apresentação foi iniciada com a apresentação do objetivo geral do *roadmap*, que contempla os passos para implementação do SBCE, incluindo 21 etapas com os pontos mais relevantes. A estrutura foi dividida em 4 áreas temáticas: *Design*, escopo e ambições (com 5 blocos), *compliance* (com 4 blocos), alocação e transações (com 8 blocos) e governança e envolvimento dos *stakeholders* (com 4 blocos).

As principais mensagens do relatório tratam das decisões políticas que precisam ser tomadas com urgência para viabilizar a implementação do SBCE, com destaque para definição das ambições e escopo do sistema, da avaliação sobre a possibilidade de implementação gradual dos setores e da sugestão acerca da possibilidade de um arranjo interino para o órgão gestor, além da apresentação um calendário de implementação contemplando as principais etapas.

Foram endereçadas perguntas sobre qual seria a recomendação para o momento de tomada de decisão sobre o escopo, considerando os estudos analíticos que estão em curso e a ausência de definição do órgão gestor no momento, foi respondido que o ponto chave é a definição do tomador de decisão, com priorização para as decisões regulatórias para que os demais arranjos possam ser feitos em paralelo, e é importante levar em conta também a definição do caminho crítico e da quantificação do número de metodologias viáveis considerando o prazo de implementação de 24 meses.

Foi pontuado que a definição de escopo e dos setores contemplados inicialmente impacta na complexidade da governança, destacou-se que se a decisão for conduzir uma implementação gradual o processo pode ser simplificado, e que um arranjo interino poderia funcionar se um escopo mais restrito e limitado a setores com dinâmica de relato e MRV consolidados fosse estabelecido, mas que para rodar o sistema com um escopo mais amplo a definição do órgão gestor é crucial.

Foi questionado sobre a definição dos setores e variáveis a serem consideradas para uma implementação gradual e se há recomendações de metodologias para auxiliar essa tomada de decisão, foi respondido que para a escolha dos setores é necessário avaliar se os setores possuem boa capacidade de estabelecer MRV, alto potencial de mitigação, capacitação e número de participantes, clareza quanto aos agentes e o momento de entrada no sistema, então foi comentado que seriam realizados ajustes para acrescentar os critérios ao *roadmap*.

Foi comentado que é importante considerar uma diversidade de entidades para criar um mercado de emissões, portanto é necessário promover um mix de setores e estabelecer um % de créditos admitidos dentro do mercado. Além disso, o SBCE é apenas um dos instrumentos de precificação de carbono, podendo não ser o único. Também é importante conhecer a trajetória de descarbonização do país para definir o papel do SBCE na política climática.

Foi abordado que mesmo sem a definição do órgão gestor o escopo e as contribuições do SBCE para as metas climáticas deveriam avançar, embora algumas outras pautas devessem aguardar essa definição. Assim, o governo deve avançar nessa definição pois a atuação do GT é limitada.

3 - Informe sobre o andamento do PL

Foi comentado sobre a estacionalidade do PL, que está aguardando o presidente do senado, Sr. Rodrigo Pacheco designar a senadora Leila como relatora, destacando que os posicionamentos do executivo foram endereçados e que há sinalização que as bandeiras vermelhas foram respeitadas.

4 - Preparação para reunião do CIM

Foi apresentada a pauta da reunião do CIM, que consiste na deliberação do novo regimento interno e informes dos GTs. Então, foi compartilhada a apresentação proposta para o informe do GT SBCE, incluindo os avanços do GT e temas abordados, o panorama de cooperações técnicas, o cronograma de implementação, a descrição do registro e a recomendação sobre o órgão gestor ser instituído.

Foi pontuado que a estrutura deve contemplar unidades que garantam a independência da fiscalização.

Foram levantados alguns pontos relacionados ao tempo de apresentação e sobre a necessidade pautar na reunião do CIM sobre a prorrogação do GT.

Foi questionada a apresentação do órgão gestor na forma de recomendação do GT ou como uma pauta em discussão ainda, foi afirmado ainda que algumas pessoas alegaram não saber que a recomendação de órgão gestor já seria realizada e não apresentado na forma de uma das possibilidades disponíveis.

Foi informado que a recomendação é final do ponto de vista técnico, mas se limita a um informe e não uma pauta de deliberação e que foram conduzidas discussões extensas sobre a composição e a forma do órgão gestor e que a recomendação provém de uma discussão madura, sendo a recomendação do GT dentre as possibilidades avaliadas.

Foi comentado que a questão levantada se relaciona a percepção de que é necessário no escopo do CIM uma instância intermediária para recepcionar e deliberar sobre alguns temas, dentre eles a definição do órgão gestor, e que com a aprovação do novo regulamento essa estrutura foi contemplada pelo subcomitê executivo. Então, foi ponderado que é necessário endereçar se há oposição a recomendação da estrutura do órgão gestor, mas que no contexto de informes é importante apresentar a recomendação.

Foi comentado que independente da recomendação é necessário encaminhar a questão com urgência pois o processo legislativo para viabilizar a instituição do órgão gestor pode ser longo.

Resumindo as divergências de opiniões, foi endereçado que são necessárias revisões na nota técnica que apresenta a solução, mas é necessário aproveitar a janela de oportunidade da reunião do CIM para apresentar a recomendação de criação de um órgão centralizado, além de ser mencionado que a indicação final no âmbito do GT já foi encerrada e que deveria ser feito encaminhamento da questão para processos decisórios.

5 – Informes Gerais, conclusão e próximos passos

Foram apresentados os tópicos a serem discutidos na próxima reunião, sendo a segunda parte da apresentação do *Roadmap* e o *ITMO's* e se deu por encerrada a reunião.